

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



**Os esforços portugueses em prol de
relações bilaterais na África**

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 187 • 27 de julho de 2023

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [NRP Setúbal \(P363\) empregado em operação da Iniciativa Mar aberto em 2023](#)

Por: Wikipédia

Fonte: Wikipédia

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.



CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante Gustavo Calero Garriga Pires

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)

TRADUÇÃO

Lucas Salles Pithon Macedo (UFRJ)

ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos de Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Nicole Eduarte Silva Chifunga (UFF)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Matheus Ribeiro de Paula (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Isabela Sússekind Rocha Torres (PUC-Rio)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Jayanne Balbino Soares (UFF)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Gustavo da Hora Azevedo Osuna Bittencourt (UFRJ)
Lohanna Rodrigues Reis (USP)
Maria Victoria R. Scarlatelli de Menezes (PUC-Rio)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Luís Filipe de Souza Porto (UFABC)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFF)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangureira (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

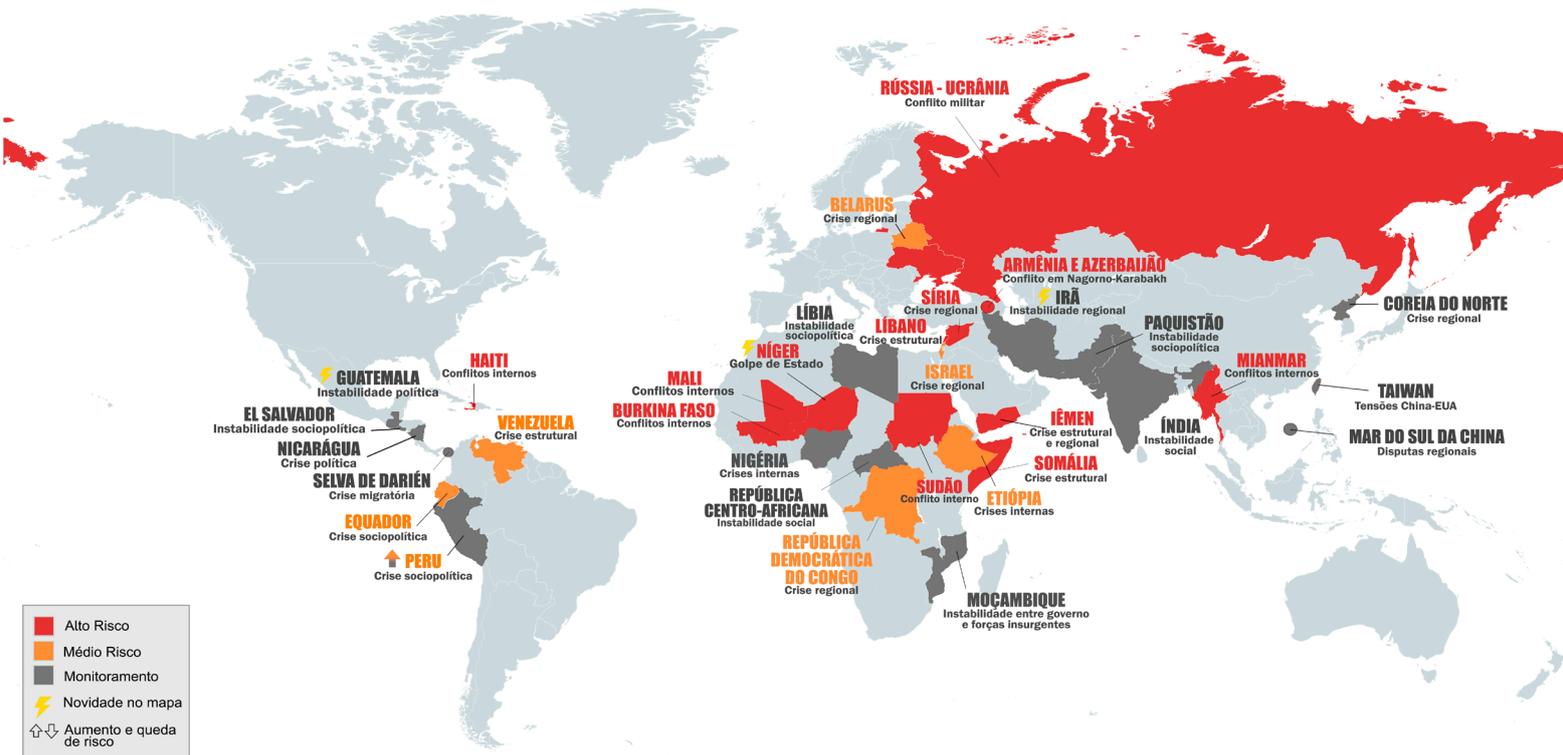


SUMÁRIO

<p>AMÉRICA DO SUL</p> <p>Desenvolvimento econômico, sustentabilidade e extrativismo mineral na região andina.....5</p> <p>AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL</p> <p>Como os Estados Unidos lidam com as migrações?6</p> <p>ÁFRICA SUBSAARIANA</p> <p>SADC contra Crimes Organizados Transnacionais na Indústria Pesqueira.....7</p> <p>A reemergência da pirataria no Golfo da Guiné8</p> <p>EUROPA</p> <p>As estratégias de reformulação da Itália para os desafios energéticos9</p> <p>Os esforços portugueses em prol de relações bilaterais na África10</p> <p>ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA</p> <p>Diplomacia marroquina: todos os olhos voltados para o Saara Ocidental10</p> <p>RÚSSIA & Ex-URSS</p> <p>O fim do Acordo de Grãos do Mar Negro: ruim para o mundo, péssimo para a Ucrânia11</p>	<p>LESTE ASIÁTICO</p> <p>Expansão chinesa no Oriente Médio e a mediação de tensões históricas 12</p> <p>Novas tentativas de dissuasão na aliança Seul-Washington contra Pyongyang . 13</p> <p>SUL DA ÁSIA</p> <p>Novos acordos de defesa franco-indianos para a promoção da estabilidade no Indo-Pacífico..... 14</p> <p>SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA</p> <p>Quad e Indonésia: uma nova abordagem 15</p> <p>ÁRTICO & ANTÁRTICA</p> <p>Cooperação Sino-Russa no Ártico: uma aliança estratégica? 16</p> <p>Artigos Seleccionados & Notícias de Defesa..... 17</p> <p>Calendário Geocorrente..... 17</p> <p>Referências..... 18</p> <p>Mapa de Riscos..... 19</p>
---	---

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Luísa Barbosa



Created with mapchart.net

Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

Desenvolvimento econômico, sustentabilidade e extrativismo mineral na região andina

Pedro Kilson

Em abril de 2023, o Executivo chileno aprovou o projeto *Los Bronces Integral*, que permite, pelo menos até o ano de 2036, a ampliação da exploração das reservas de cobre da mina *Los Bronces* pela transnacional *Anglo American*. A medida contraria uma decisão anterior, que descartava o projeto em razão de impactos ao meio ambiente. Além disso, a iniciativa é considerada controversa não somente por organizações e ativistas ambientais, mas também por autoridades regionais, que questionam o modelo de desenvolvimento baseado no extrativismo mineral. Considerando o potencial da economia extrativista do Chile e da região, principalmente após o lançamento da Estratégia Nacional de Lítio ([Boletim 181](#)), questionam-se as variáveis que compõem a complexa relação entre crescimento econômico e sustentabilidade no país e em âmbito regional.

Em maio de 2022, o *Servicio de Evaluación Ambiental*, órgão de regulação e controle do meio ambiente vinculado ao governo chileno, indicou que os novos projetos de expansão da atividade extrativista na mina *Los Bronces* ameaçam a saúde e o bem-estar dos residentes da região. Tais impactos incluem a contaminação atmosférica e a aceleração do derretimento de geleiras por conta da poluição das superfícies congeladas, bem como o desequilíbrio nas dinâmicas fluviais. Esse último aspecto se destaca em razão da seca estrutural, que assola a região central do país há pelo menos 13 anos. Em resposta, a transnacional

Anglo American anunciou planos direcionados à mitigação dos impactos, incluindo construção de infraestrutura, proteção à saúde pública e à fauna local, bem como gestão e controle dos recursos hídricos.

Segundo a ONG ambientalista *Ecosur Foundation*, a reversão da decisão anterior por parte do governo se fundamenta em perspectivas econômicas vinculadas às questões domésticas e internacionais: a rejeição a um programa de reforma tributária teria pressionado o governo de Gabriel Boric a buscar formas de financiamento por meio da exploração mais significativa de minerais estratégicos. Por outro lado, a demanda internacional pelo minério e a histórica dependência do cobre representam fatores de pressão econômica que podem ofuscar preocupações ambientais. Tais fatores revelam as variáveis chilenas que compõem a política econômica e, por extensão, a política ambiental, destacando o desafio do país em promover o desenvolvimento econômico a partir de uma lógica sustentável.

Cabe ressaltar, ainda, que tais variáveis, bem como questões econômicas e de sustentabilidade, extrapolam as fronteiras chilenas, uma vez que países como Argentina, Bolívia e Peru compartilham reservas de minerais estratégicos e uma posição semelhante no mercado global de exportação de matérias-primas. Entretanto, não existe uma política coordenada entre esses Estados para o crescimento econômico sustentável em âmbito regional.



EL PROYECTO LOS BRONCES INTEGRADO
CONSTA DE DOS ÁREAS PRINCIPALES

1 Área Los Bronces: Continuidad rajo mina

- Continuidad del rajo de la mina actual en dos nuevas zonas, sin afectación de glaciares.
- Permite acceso a mineral de mejor ley.

2 Área mina subterránea sin afectación en superficie

- Fase 100% subterránea que utilizará método de extracción por bloques con relleno.
- El diseño deja entre el 30-50% del mineral en su lugar, asegurando estabilidad y no afectación de superficie.
- Este proceso minero es cerca de 3 veces más costoso que una operación minera tradicional.
- Yacimiento se ubica a 5 km al sur-este del rajo actual, bajo el borde noreste del Santuario de la Naturaleza Yerba Loca.
- Todos los túneles con acceso y salida desde mina Los Bronces.

Fonte: Guía Minera de Chile

DOI 10.21544/2446-7014.n187.p05.

Como os Estados Unidos lidam com as migrações?

Victor Cabral

As migrações dividem o debate político e a opinião pública nos Estados Unidos (EUA), inclusive com tentativas de criminalização dos fluxos migratórios. Entretanto, a migração internacional possui elementos positivos aos países emissores e receptores de migrantes. Estudos realizados pelo Congresso estadunidense em abril de 2023 indicaram que 13% da população do país é estrangeira — cerca de 45 milhões de pessoas — com mais de 68% dessas abaixo dos 55 anos. Ainda, destaca-se a pandemia e a legislação migratória *Title 42* como responsáveis pela diminuição do número de trabalhadores no país ([Boletim 184](#)). Além disso, segundo o Banco Mundial, em 2020, a taxa de natalidade do país foi de 1,64 por mulher, contra 2,30 na média global. Em outras palavras, os EUA poderão enfrentar problemas de queda de natalidade, mas podem se beneficiar da migração internacional.

A migração permite elevar a produção econômica nacional, mas, quando ocorre com trabalhadores pouco instruídos, pode reduzir os salários dos nacionais com baixa educação e dos estrangeiros, expondo-os à exploração trabalhista. Esse aspecto é sensível aos grupos mais conservadores, à população rural e àqueles afetados pela crise industrial da última década nos EUA, que rejeitam migrantes estrangeiros pelo receio da redução da empregabilidade e da renda. Outra preocupação seria

a possível perda de cultura nacional pela miscigenação de povos, traduzindo-se em discursos xenofóbicos. O reflexo aparece nas demandas eleitorais, com os Republicanos incorporando discursos antimigração sob liderança de Donald Trump e Ron de Santis, enquanto os Democratas seguem debatendo o tema.

Os países de emigração são beneficiados pelos fluxos ao receberem remessas financeiras estrangeiras, movimentando economias potencialmente menores e estagnadas, como as do México e da América Central. Contudo, seus migrantes encontram perigos no trajeto. Em julho, agentes fronteiriços denunciaram proibições em hidratar migrantes, no verão mais quente do país, e de empurrá-los aos rios para voltarem ao México. Tais práticas violam o artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a Convenção de Genebra de 1951.

Os EUA constituíram-se como um país de migrantes, podendo até 2050 ter uma maioria de votantes de origem hispano-americana. Os migrantes precisam ser legalizados, para terem direitos e deveres. A rejeição a eles manifesta-se em ambos os partidos nas expectativas eleitorais de 2024, mas sem o debate sobre as violências cometidas na fronteira com o México e os benefícios proporcionados pelos estrangeiros, que ajudam a sustentar a economia e a demografia estadunidense.



SADC contra Crimes Organizados Transnacionais na Indústria Pesqueira

Carolina Vasconcelos

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, em inglês) é um bloco voltado à constituição de políticas de paz, segurança e desenvolvimento social e econômico por meio da integração regional. Atualmente, é composta por 16 Estados-membros e se desdobra por inúmeros desafios de segurança, entre eles os crimes organizados transnacionais (TOCs, em inglês), também presentes na indústria pesqueira. Nesse sentido, atividades como tráfico de pessoas e de recursos naturais, corrupção e pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), desestabilizam a paz regional e são pautas de políticas e atividades para conter tais ilícitos. Diante disso, como é realizada a cooperação entre os países-membros da SADC para combater os TOCs na indústria pesqueira, especialmente a pesca INN, na África Austral?

As principais políticas de cooperação de enfrentamento do bloco aos TOCs se desenvolvem por reuniões que são realizadas visando suprimir os ilícitos. Em 2008, em uma conferência ministerial, oito países costeiros da SADC assinaram um documento — o primeiro do gênero desde a promulgação do protocolo da SADC sobre pesca em 2001 — para interromper a pesca INN na região, principalmente na costa do Oceano Índico. Em abril de 2023, foi estabelecido o Centro Regional de Coordenação de Monitoramento, Controle e Vigilância

da Pesca do bloco em Moçambique, guiado pelo protocolo estabelecido. Tal implementação visa aprimorar controle, colaboração e monitoramento, além de regulações mais rígidas contra a pesca INN. Vale ressaltar que os Estados-membros da SADC já trabalham conjuntamente em políticas de combate a esta prática. Entretanto, medidas urgentes precisam ser estabelecidas face às consequências dessa atividade, como a insegurança alimentar e a diminuição dos rendimentos fiscais, tendo em vista que a pesca compreende 2% do PIB dos Estados da SADC.

O protocolo da SADC de 2001 vem baseando seus esforços contra TOCs da indústria pesqueira, em especial a pesca INN, com a realização de reuniões adicionais para articular maneiras de conter tais ilícitos. A mais recente é evidência da importância da continuidade desse combate, mesmo após 22 anos de políticas para o setor pesqueiro. É fundamental a proteção das Zonas Econômicas Exclusivas dos países costeiros, pois são espaços de relevância para segurança, economia e desenvolvimento da região. Assim, conforme seu objetivo de cooperação e desenvolvimento regional, a SADC foca em questões marítimas que são fundamentais para o seu progresso como organização e a segurança dos países afetados por atividades ilícitas, tais como a pesca INN.



Fonte: IStock

A reemergência da pirataria no Golfo da Guiné

Vanessa Bandeira

Após um período de declínio da pirataria e do roubo armado, a preocupação concernente à segurança marítima na região do Golfo da Guiné (GoG, em inglês) voltou a se fazer presente em julho de 2023. O alerta foi manifestado no relatório emitido pelo *International Maritime Bureau* (IMB), que sinalizou um aumento significativo no número de ataques marítimos no primeiro semestre de 2023. Questiona-se, portanto, o que pode ter motivado o crescimento desses casos.

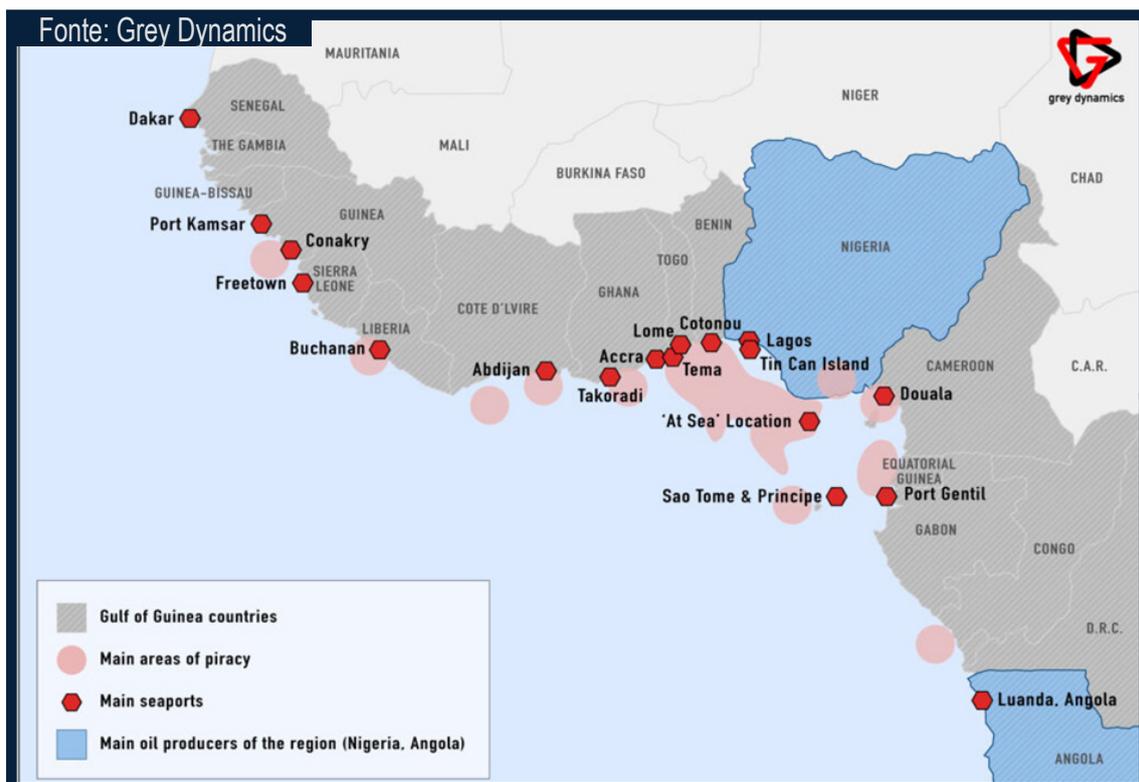
Desde 2021, os índices de pirataria e roubo armado no GoG sofreram quedas significativas, chegando ao menor patamar em décadas ([Boletim 176](#)). Todavia, a última análise do IMB apontou que, dos 65 incidentes reportados na primeira metade de 2023, 14 aconteceram nessa região. Desses, 12 foram classificados como roubo armado e dois como pirataria. Ademais, todos os casos de sequestros de tripulação registrados nesse mesmo período ocorreram no GoG. Por fim, o relatório reforçou a necessidade de os países regionais tomarem iniciativas para minimizar os ilícitos marítimos.

É importante destacar que a redução observada anteriormente refere-se tão somente aos índices de pirataria e roubo armado, não implicando propriamente na estabilização da segurança marítima da região. A pirataria está intimamente ligada a outras ameaças, como a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), o terrorismo e o roubo de petróleo. Por vezes, essa diminuição nas taxas reflete apenas uma migração

temporária da pirataria para outras atividades criminosas menos vigiadas e mais lucrativas durante determinado período.

Esse cenário sugere, portanto, a necessidade de se abordar a questão da segurança marítima de forma holística, buscando tratar as raízes do problema, bem como os desafios políticos, sociais e econômicos dos Estados. A cooperação estabelecida em diversos níveis para mitigar a pirataria deve ser estendida para coibir, também, outras modalidades de crimes marítimos. O Código de Yaoundé (2013), por exemplo, já preconiza esse tipo de abordagem. Contudo, tendo em vista seu décimo aniversário, faz-se necessária uma atualização para aprimorá-lo e fortalecê-lo, visando preencher as lacunas existentes na atualidade.

Desse modo, é necessário que as iniciativas de supressão de crimes marítimos considerem não só uma atividade ilícita isoladamente, mas também todas as suas possíveis associações e ramificações. Além disso, é relevante que as soluções busquem tratar, ou pelo menos mitigar, as causas geradoras da insegurança marítima, para que os resultados sejam exitosos e duradouros. A cooperação entre os Estados com interesses regionais são vitais, tendo em vista que esse tipo de ameaça não reconhece fronteiras. A Marinha do Brasil, por sua vez, participa desse esforço de segurança marítima por meio da operação Guinex, que entre agosto e setembro deste ano chegará à terceira edição.



As estratégias de reformulação da Itália para os desafios energéticos

Maria Victoria Menezes

Em abril de 2023, foi lançado pela Primeira-Ministra italiana, Giorgia Meloni, o Plano *Mattei*, um programa de investimentos na África, que tem se tornado tema principal nos discursos e políticas de seu governo. A Itália, que já foi uma potência regional emergente, enfrenta o desafio de manter seu desenvolvimento enquanto reduz sua dependência da Rússia como parceiro energético. Diante disso, quais os potenciais limites e oportunidades que podem surgir no processo do Plano *Mattei* para a África?

Ambiciosamente, o programa busca transformar a abordagem energética da Itália por meio de parcerias na África. A Primeira-Ministra já iniciou as negociações ao visitar Argélia, Etiópia e Líbia, e possui planos de expansão para abranger toda a região do Mediterrâneo. Assim, a iniciativa prevê o abandono do gás russo, substituindo-o pelo gás natural liquefeito (GNL) e o gás natural advindos da África, promovendo comércio, investimento e expandindo a influência da Itália e da União Europeia. Os apoiadores de Meloni definiram sua estratégia como "radicalmente diferente" devido à sua abordagem inovadora em relação à segurança energética da Itália e à cooperação com os países africanos. Seu plano visa transformar a Itália em um *hub* energético para a Europa, desenvolvendo a infraestrutura deste setor em diversas regiões do continente africano. Ao contrário

das abordagens anteriores, os apoiadores indicam que a estratégia de Meloni enfatiza o envolvimento ativo e o investimento nas nações africanas, promovendo o desenvolvimento econômico e a diversificação energética.

Com um novo governo respaldado por uma maioria parlamentar em Roma, a Itália tem a oportunidade de se envolver de forma mais assertiva na região. No entanto, as ambições de Meloni em desempenhar um papel mais ativo no cenário global estão sujeitas a vulnerabilidades semelhantes às dos governos anteriores. A política interna de Meloni e a escassez de uma estratégia de política externa italiana prospectiva são fatores a considerar. Apesar do protagonismo, o governo não apresentou uma estratégia abrangente para orientar suas ações, fazendo do Plano *Mattei* um conjunto de ideias definidas vagamente, podendo não ser capaz de atender às suas grandes ambições. Desse modo, o cenário geopolítico do entorno do Mediterrâneo pode desafiar a capacidade da Itália de administrar as tensões regionais. Em última análise, o governo italiano deve aproveitar essa nova conjuntura para reconquistar a confiança dos atores regionais, promovendo sua projeção enquanto parceiro confiável em setores de segurança e transição energéticas.



A cooperação em Defesa com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é um compromisso para Portugal desde 2006. Nos últimos anos, dentro da CPLP, Lisboa tem feito um maior esforço para reforçar suas relações com os países africanos. Considerando a importância estratégica do Golfo da Guiné (GoG, sigla em inglês), região da qual cinco dos países-membros da CPLP estão próximos, é interessante analisar os esforços portugueses recentes para alinhar seus interesses aos desses países.

Atualmente, Portugal tem algumas iniciativas para garantir sua presença nesses países. Entre elas, a "Iniciativa Mar Aberto", que busca desenvolver ações de cooperação para contribuir com a segurança marítima do Atlântico Sul. Em abril deste ano, o submarino NRP *Arpão* começou sua navegação para participar dessa iniciativa para visitar África do Sul, Angola, Brasil, Cabo Verde e Marrocos, sendo o primeiro submarino português a realizar esse tipo de missão e atravessar a Linha do Equador. Ainda, como parte da iniciativa e do acordo de cooperação entre o país ibérico e São Tomé e Príncipe, iniciou-se em maio de 2023 a substituição do navio NRP *Zaire* para o NRP *Centaurus* na missão permanente em São Tomé. A capacitação da Guarda-Costeira são-tomense incluirá a participação do NRP *Setubal*, por quatro meses, que retornará a Portugal com

o NRP *Zaire*.

Dentro dessas iniciativas, observa-se a importância dos países no entorno da CPLP para os interesses portugueses. Em junho de 2023, Lisboa revisitou sua relação bilateral com a África do Sul e, após as visitas de 18 e 19 de julho, foram assinados acordos e memorandos abrangendo diversas áreas, dentre elas a segurança marítima, fortalecendo pontos de vista similares. Em relação ao governo sul-africano, esse esforço acontece em um momento de desalinhamento pelo conflito da Ucrânia. A abstenção de países estratégicos para Portugal, como África do Sul, Angola e Moçambique, na votação da resolução da ONU não condenando a invasão russa na Ucrânia, mostrou a influência de Moscou na África. Com as conversas de cooperação, o governo português aproveitou a oportunidade para discutir sobre as propostas de paz do país sul-africano para o conflito.

Portanto, no guarda-chuva de interesse estratégico de cooperações para defesa com os países africanos da CPLP, a segurança do entorno estratégico do GoG é uma das prioridades para o país, sem se limitar apenas à diplomacia. Por outro lado, observa-se uma tendência de utilizar os acordos de defesa na tentativa de influenciar os países africanos a serem mais alinhados com os interesses de Portugal.

DOI 10.21544/2446-7014.n187.p10.

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Diplomacia marroquina: todos os olhos voltados para o Saara Ocidental

Vitória França

Nos últimos anos, o Marrocos tem feito da busca pela anexação do território do Saara Ocidental e dos esforços para obter o reconhecimento de outros Estados sua principal agenda. Assim, no último dia 17 de julho, Israel reconheceu a soberania marroquina sobre o Saara Ocidental, rompendo com a visão tradicional israelense, que evita se posicionar em disputas territoriais, devido a suas tensões com o território palestino. No dia seguinte, encerrou-se, após altos e baixos, o acordo de pesca entre a União Europeia (UE) e o Reino marroquino. Nesse sentido, esse artigo questiona como tais mudanças geopolíticas podem implicar maiores vantagens ao Marrocos na disputa pelo território.

O Marrocos ocupa ilegalmente o Saara Ocidental desde 1975 e, atualmente, controla cerca de três quartos do território, incluindo suas principais cidades e recursos econômicos. A partir do reconhecimento pelos Estados Unidos, em troca da assinatura dos Acordos de Abraão

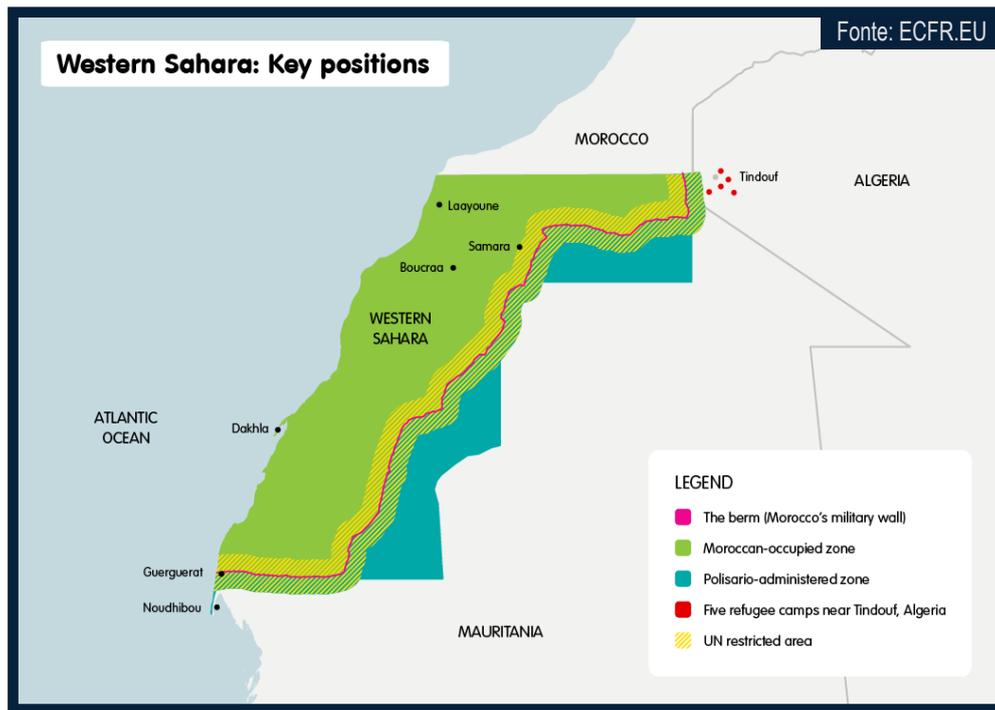
em 2020, os laços bilaterais entre Israel e Marrocos se expandiram em vários campos, principalmente na diplomacia, segurança e tecnologia ([Boletim 175](#)). A aliança entre ambos tem proporcionado vantagens militares à Rabat, como a aquisição de drones e mísseis de última geração, que alteraram o equilíbrio de forças em relação à Frente Polisário — grupo que busca a independência saarai, apoiado pela Argélia, segunda maior força militar africana, de acordo com o *Global FirePower*.

As autoridades da UE, por sua vez, não reconhecem as reivindicações de soberania do Marrocos sobre o Saara Ocidental e seguem a ONU ao considerá-lo uma terra ocupada militarmente. Entretanto, alguns Estados-membros do bloco, como Alemanha, Espanha e França, apoiam Rabat — parceiro estratégico no campo da migração, comércio e energia renovável — na concessão de autonomia ao Saara Ocidental, mas não de forma oficial.

Nesse contexto, o fim do acordo de pesca segue na esteira da deterioração das relações nos últimos meses, especialmente depois de o Parlamento Europeu ter condenado violações de Direitos Humanos no território saarai no início deste ano. Com a não extensão do acordo, principalmente por parte de Rabat, a economia do bloco pode sofrer impactos importantes, uma vez que, graças ao tratado, haviam sido emitidas licenças para 128 navios de pesca na região.

Pode-se concluir que, nos últimos anos, o Marrocos tem agido com crescente assertividade em sua política

externa. Assim, o reconhecimento por parte de Israel da soberania marroquina sobre o Saara Ocidental representa um evento histórico e uma nova vitória diplomática para o Reino. Já para a UE, os posicionamentos que tangem o território disputado podem ter implicações de longo alcance que, em um primeiro momento, manifestam-se na restrição de ganhos comerciais da pesca, podendo impactar outras áreas das relações, como questões energéticas e migratórias ([Boletim 168](#)), dando uma vantagem persuasiva ao país africano.



DOI 10.21544/2446-7014.n187.p10-11.

RÚSSIA & EX-URSS

O fim do Acordo de Grãos do Mar Negro: ruim para o mundo, péssimo para a Ucrânia

Pedro Martins

No dia 17 de julho, o governo russo anunciou que o Acordo de Grãos — negociado com a Ucrânia a partir da mediação da ONU e da Turquia — não seria renovado, causando apreensão global sobre seus impactos para o mundo e, especialmente, para Kiev. Nesse sentido, o presente artigo busca analisar quais são os possíveis impactos do fim dessa iniciativa para o mundo em geral e para a Ucrânia em particular.

O Acordo de Grãos do Mar Negro foi estabelecido em 22 de julho de 2022 como uma maneira de evitar que o conflito russo-ucraniano prejudicasse a economia e a segurança alimentar globais. Pelos seus termos, a produção de grãos ucraniana poderia ser escoada de forma segura por três portos: Odessa, Chernomorsk e Yuzhny. Como o país é o oitavo maior produtor de milho e o nono maior produtor de trigo do mundo, a manutenção do acordo garantia a estabilidade dos preços internacionais dessas *commodities*. Ademais, ele

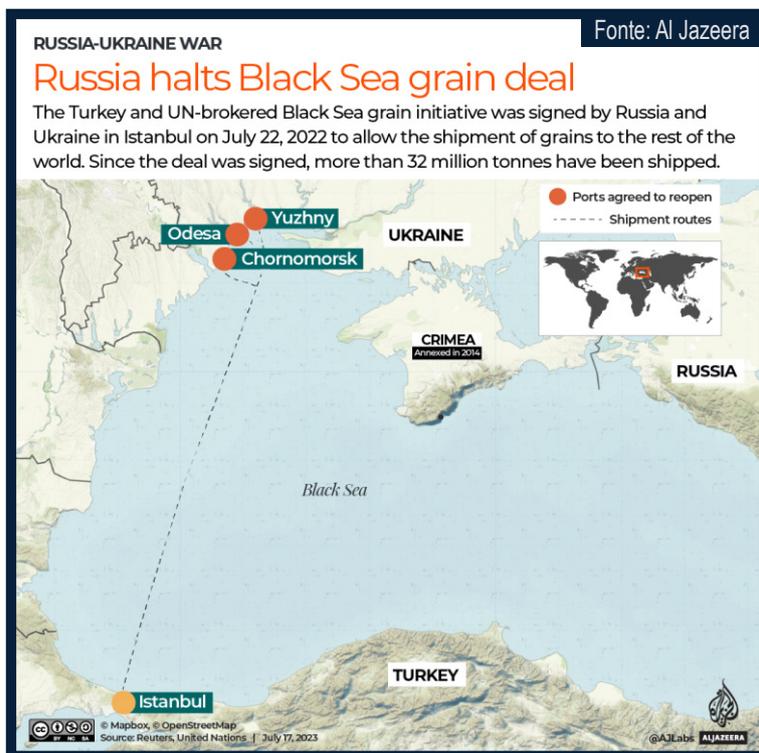
contribuía à segurança alimentar global, uma vez que a Ucrânia é a maior provedora do Programa Mundial de Alimentos, iniciativa da ONU para apoiar países em grave quadro de insegurança alimentar.

Os efeitos do fim do acordo são mais graves para a Ucrânia, sobretudo no âmbito econômico e na condução de sua contraofensiva. Economicamente, a nova realidade aponta que Kiev vai ter mais dificuldades na sua balança comercial, causando impacto nos esforços de guerra. No que se refere à contraofensiva, o novo cenário significa que os mencionados portos podem ser alvos de ataques russos, o que foi comprovado pela ação de Moscou em Odessa no dia seguinte ao anúncio do término do pacto. Como resultado, o governo ucraniano será obrigado a deslocar tropas e equipamentos da linha de frente para proteger Odessa e demais cidades portuárias, o que dificultará a continuidade de seus esforços.

Com isso, a interrupção do Acordo de Grãos é um dos

eventos mais importantes do conflito russo-ucraniano desde que ele ultrapassou a marca de um ano, e suas consequências serão distintas para o mundo e para a Ucrânia. Para o mundo, significa um impacto de grandes proporções para a economia e segurança alimentar.

Para a Ucrânia, a continuidade do esforço de guerra será prejudicada pela perda de uma importante fonte de divisas estrangeiras e pela necessidade de deslocar tropas e equipamentos.



DOI 10.21544/2446-7014.n187.p11-12.

LESTE ASIÁTICO

Expansão chinesa no Oriente Médio e a mediação de tensões históricas

Maria Eduarda Parracho

Após a histórica retomada das relações diplomáticas entre a Arábia Saudita e o Irã com mediação chinesa ([Boletim 178](#)), Pequim se comprometeu em auxiliar na resolução das tensões entre Israel e Palestina após visita oficial do Líder da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, no último dia 14 de junho. Xi Jinping se posicionou a favor da criação de dois Estados e, para que coexistam pacificamente, a proposta é que suas fronteiras sejam baseadas nos acordos estabelecidos antes de 1967. Além disso, o líder chinês defendeu que Jerusalém Oriental seja a capital palestina e reforçou a importância da cooperação internacional para promover o desenvolvimento deste Estado recém-reorganizado e sua adesão completa à ONU. Apesar de as metas serem desafiadoras a curto e médio prazos, também são emblemáticas para se entender o novo papel diplomático que a China exerce no Oriente Médio. Neste artigo propõe-se discorrer sobre as facetas por trás da expansão chinesa na região.

Tendo-se em vista os preceitos que pautam a Política Externa chinesa, desde seu maior engajamento nas questões internacionais após o movimento *Go Global*

— relacionado principalmente à defesa dos apelos desenvolvimentistas do Sul Global e à disponibilidade em compartilhar bens públicos para a estabilidade internacional —, a China busca ampliar seu papel como uma “potência responsável”, isto é, priorizando a resolução de questões por meio da cooperação e da diplomacia. No Oriente Médio, o país promove isso através da Iniciativa Global de Segurança ([Boletim Especial AGNU](#)), projeto criado em 2022 que traz uma nova alternativa para a governança global fora dos moldes ocidentais.

Entretanto, vale destacar também que Pequim possui interesses estratégicos na região. Após o desenvolvimento desenfreado, resultado da Abertura Econômica para suprir suas cadeias de produção e impulsionar o comércio internacional, a China, que antes era autossuficiente em sua produção interna, se tornou dependente do mercado internacional de petróleo. Apesar de este consumo ter sido reduzido nas últimas décadas devido aos apelos ambientais e contrários à dependência, grande parte do setor produtivo nacional ainda precisa deste recurso energético. Assim, a expansão da presença chinesa com

investimentos e esforços diplomáticos no Oriente Médio, região rica neste hidrocarboneto, pode garantir melhores condições de barganha no mercado petrolífero desses países, além de se contrapor à influência estadunidense.

Portanto, as ações diplomáticas chinesas no Oriente Médio são compatíveis tanto com os interesses internos

quanto com os da região. Essa atuação já se mostrou muito efetiva no caso da Arábia Saudita e do Irã, que já reabriram suas embaixadas. Nesse sentido, é muito provável que, apesar de seus interesses econômicos, a China, ao colaborar com os países da região através do seu modelo de governança global, consiga, a longo



DOI 10.21544/2446-7014.n187.p12-13.

Novas tentativas de dissuasão na aliança Seul-Washington contra Pyongyang

Marcelle Torres

Moldada sob o lema *Gachi Gapshida* (“Vamos Juntos”, em coreano), atualmente a aliança entre Coreia do Sul e Estados Unidos (EUA) vai além da postura de Defesa combinada e contempla, por exemplo, agendas de tecnologia de ponta e cadeias de suprimentos globais. Entretanto, mesmo após 70 anos do fim da Guerra da Coreia (1950-1953, pendente de acordo de paz), uma antiga e, ao mesmo tempo, nova preocupação se perfaz: a evolução das ameaças norte-coreanas. Tal fato acarreta renovadas tentativas bilaterais de se lidar com a questão, como a criação de um órgão consultivo Seul-Washington e a presença de ativos estratégicos estadunidenses na península coreana.

Em 18 de julho deste ano, ocorreu a reunião inaugural do Grupo Consultivo Nuclear Seul-Washington (NCG, sigla em inglês). Criado em abril de 2023 por meio da Declaração de Washington, o NCG visa compartilhar informações sobre operações nucleares dos EUA e discutir planos e estratégias conjuntas para aumentar a dissuasão combinada contra a ameaça nuclear norte-

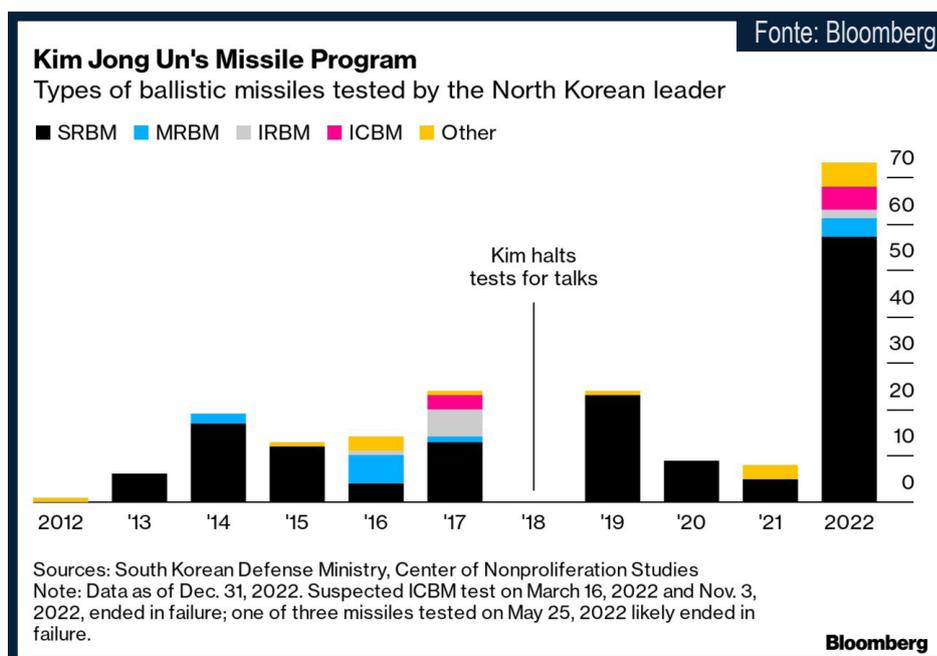
coreana. Dessa forma, o grupo consultivo se revela como mais um esforço da aliança bilateral Seul-Washington na busca por conter os avanços de Pyongyang.

Na esteira do NCG, a visita do *USS Kentucky* (SSBN-737) — submarino estadunidense da classe *Ohio* de 17 mil toneladas e capacidade de lançamento de 24 mísseis balísticos *Trident II D-5* — à base naval de Busan enseja novamente o debate sul-coreano: ater-se à implantação de ativos estratégicos dos EUA no entorno da península coreana ou considerar o desenvolvimento de armamento nuclear próprio?

Por ora, Seul está limitada à observação e ao apoio convencional (não nuclear) para as operações nucleares de Washington em contingência. Todavia, o histórico de evolução e a ambição do país asiático precisam ser considerados, ainda que a aliança militar Seul-Washington seja classificada como inabalável no Livro Branco de Defesa sul-coreano e o compromisso estadunidense de dissuasão nuclear estendida seja reforçado. Como exemplo, o desenvolvimento do programa sul-coreano

de submarinos convencionais possui um padrão: licenciamento, cooperação e alcance da produção nativa, com tecnologia local. Tal histórico sinaliza a busca sul-coreana ascendente por novos postos de liderança na postura de defesa conjunta e reflete um potencial papel sul-coreano mais amplo para outras regiões. No entanto, assim como ocorrido com o programa espacial do país, que teve o escopo de seus projetos alargados ao longo dos anos, há possibilidade de o mesmo ocorrer com o programa de submarinos, que pode ampliar-se

para o desenvolvimento nacional da propulsão nuclear. Para além do gerenciamento das ameaças norte-coreanas e do envio de sinais a Pyongyang, integrar o aliado sul-coreano no planejamento estadunidense para contingências na península que possam envolver o uso nuclear requer a clareza de interpretação e expectativa para ambos os lados. Assim, as aspirações coreanas, no que tange ao possível desenvolvimento de seus próprios submarinos de propulsão nuclear, e a percepção estadunidense sobre seu aliado precisam estar alinhadas.



DOI 10.21544/2446-7014.n187.p13-14.

SUL DA ÁSIA

Novos acordos de defesa franco-indianos para a promoção da estabilidade no Indo-Pacífico

Maria Fernanda Császár

No início de julho de 2023, o Primeiro-Ministro indiano Narendra Modi, a convite do Presidente francês, Emmanuel Macron, visitou Paris em meio às comemorações do Dia da Bastilha. Durante a visita, os dois chefes de Estado discutiram sobre a relevância do Indo-Pacífico e anunciaram uma série de planos para fortalecer suas presenças na região, com foco especial para a segurança marítima. Os acordos firmados renovaram a parceria histórica entre Índia e França e estabeleceram o *Indo-Pacific Roadmap* (IPR), englobando desde cooperação acadêmica até a compra de novos equipamentos militares. Diante desses projetos apresentados, como os países se complementam na promoção de um Indo-Pacífico estável?

Primeiramente, é preciso entender o IPR como um reflexo das estratégias nacionais da França e da Índia. A Estratégia Francesa para o Indo-Pacífico e o princípio indiano de *Security and Growth for All in the Region* são políticas voltadas para a integração econômica e militar

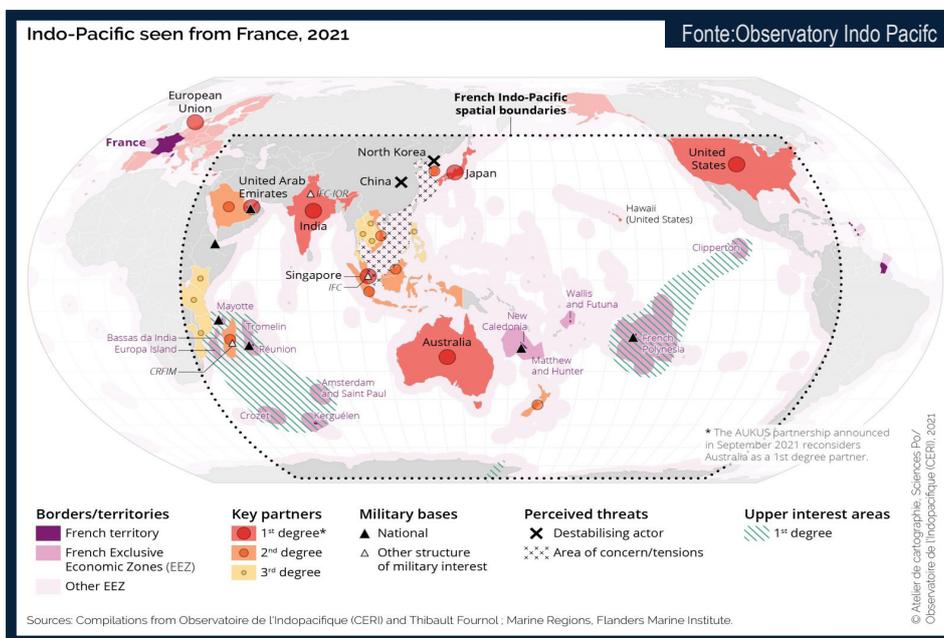
da região, buscando a resolução pacífica e conjunta das questões marítimas e demais disputas. Tanto para Paris quanto para Nova Déli, o Indo-Pacífico tem grande importância geopolítica em função dos territórios franceses e da projeção de influência indiana no seu entorno estratégico. O IPR também é uma renovação do acordo proposto em 2018, a *Joint Strategic Vision of India-France Cooperation in the Indian Ocean Region*, dessa vez expandindo a atuação para o Oceano Pacífico e delimitando ações para os próximos 25 anos de parceria.

Para a Índia, um aspecto fundamental do IPR é a cooperação em Defesa. Segundo Macron e Modi, a segurança do Indo-Pacífico será reforçada através da coordenação dos centros de monitoramento marítimo das Ilhas Seychelles, da Índia, de Singapura e de outros. Além disso, novas negociações de equipamento militar foram iniciadas, notadamente a possível compra de 26 caças *Rafale* e o projeto referente à construção de mais três submarinos da classe *Scorpène*. Soma-se a esse

fato a promessa de maior integração das duas Marinhas para promover a troca de conhecimento industrial e de pessoal, aumentando o número de operações conjuntas. Essa aproximação é resultado também da busca indiana por uma indústria de Defesa menos dependente de armamentos russos e mais dedicada à construção de sua autossuficiência ([Boletim 186](#)).

Em suma, a parceria entre Paris e Nova Déli representa uma oportunidade de as duas nações assegurarem seus

interesses geopolíticos em uma região de grande relevância. Através da cooperação de Defesa, ambos buscam criar uma presença coesa e alinhada para combater as principais ameaças da região, como a pesca ilegal. Além disso, as duas nações compartilham da mesma preocupação com a crescente presença chinesa no Indo-Pacífico. Se os acordos forem de fato cumpridos, a França e a Índia se fortalecerão de maneira relevante.



DOI 10.21544/2446-7014.n187.p14-15.

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Quad e Indonésia: uma nova abordagem

Gabriela Veloso

Com a reestruturação e o aumento da presença do Quad na região do Indo-Pacífico, muitos países do Sudeste Asiático vêm expressando preocupações. Este foi o caso da Indonésia, ator regional importante, que parece se incomodar com as possíveis consequências desta atuação, como a marginalização da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o aumento de interferências e pressões externas.

É relevante ponderar sobre a visão da Indonésia especificamente neste quadro, dado que é uma potência regional e tem se destacado como uma democracia estável apesar de todas as dificuldades enfrentadas no passado, como a crise econômica e o regime autoritário de Suharto. Ainda que possua muitos obstáculos, como o grave quadro de corrupção, movimentos extremistas e intolerância religiosa, ao longo de sua história a Indonésia conseguiu manter sua unidade como nação e alcançar uma recuperação econômica significativa após grandes impasses.

Como país insular e de localização estratégica, a Indonésia está interessada em manter relações

equilibradas, promover o desenvolvimento econômico sustentável e proteger seus interesses marítimos. Tendo isso em mente, é evidente o porquê de a maior atuação do Quad na região gerar apreensões aos indonésios, já que o grupo tem potencial tanto para conter quanto para colaborar com os planos do país.

Tradicionalmente, Jacarta busca projetar seu poder e influência internacionalmente por meio da diplomacia ativa, participando em fóruns e organizações regionais como a ASEAN e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, em inglês), fortalecendo laços bilaterais. Ao pensar nos ativos planos de Estado e Programas de desenvolvimento do país, suas relações internacionais têm um grande papel, dado que a melhora da infraestrutura e de seu crescimento econômico, por exemplo, dependem de acordos em vigor e da negociação com outros Estados.

Neste contexto, vale destacar que a ênfase do Quad, sob o governo Joe Biden, trouxe uma linguagem mais amigável à ASEAN, já que, ao menos normativamente, reformulou seu propósito exclusivo de combate à China,

para uma visão mais ampla e que parece apoiar os países da Associação. Na declaração conjunta proferida na última reunião do grupo, ocorrida em maio de 2023, os líderes dos países do Quad reiteraram seu compromisso de expandir suas ações para cooperação e apoio em educação, infraestrutura, meio ambiente e resposta a desastres, tendo como foco as nações do Sudeste Asiático e do Pacífico. Assim, este novo quadro também contribui para que o Quad desenvolva suas relações com países da região que possuem disputas marítimas com a China, mas não dispõem de recursos suficientes para posicionar-se de maneira mais assertiva e independente.

Em relação à Indonésia, com este novo enfoque, o grupo tem a chance de apoiar o desenvolvimento do país, fortalecendo o Estado de Direito e promovendo avanços econômicos e educacionais, de modo a construir uma relação duradoura e uma aliança quase que natural. Embora o mandato de Joko Widodo, Presidente indonésio, esteja próximo do fim e uma mudança de governo possa trazer ajustes nas prioridades e abordagens do país, a manutenção da postura mais abrangente do Quad tem potencial de mitigar os riscos das mudanças nos alinhamentos estratégicos envolvidos nas alternâncias de poder na Indonésia e nas demais nações da região.

DOI 10.21544/2446-7014.n187.p15-16.

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Cooperação Sino-Russa no Ártico: uma aliança estratégica?

Jayanne Balbino Soares

O ano de 2023 marca uma década desde a entrada da China como Membro Observador no Conselho do Ártico. Desde então, o país tem utilizado da diplomacia econômica e científica para estabelecer efetivamente sua presença na região. Para alcançar seus objetivos, uma das estratégias adotadas é a cooperação com a Rússia, uma potência ártica. Portanto, este artigo tem como objetivo analisar a relação sino-russa e seus interesses na região.

Por questões geopolíticas, uma aproximação entre ambas as nações era considerada potencialmente competitiva, especialmente em locais próximos, como o Ártico, a Ásia Central e o Extremo Oriente russo, onde os países detêm interesses próprios. Por isso, inicialmente, Moscou se posicionou contra a entrada de Pequim como Membro Observador do Conselho do Ártico, prevendo a expansão chinesa na região. Entretanto, uma maior convergência entre ambos os países tornou-se fundamental na atual conjuntura: o isolamento russo, causado pelo conflito com a Ucrânia, levou o país a precisar de investimentos chineses em tecnologia e infraestrutura. Percebe-se que nos últimos anos desenvolveu-se um mutualismo entre as duas nações, em que Moscou atua como porta de entrada de Pequim para o Ártico, enquanto Pequim é o seu principal apoio internacional. Sem jurisdição soberana na região, é por

meio dessas parcerias que os chineses alcançam seus objetivos.

A Rota do Mar do Norte é um dos pontos de interesse compartilhados entre esses países. Por ser estratégica, sua expansão requer investimentos significativos em instalações de transporte, armazenamento e apoio logístico. Parte desses recursos é proveniente de empresas estatais russas, enquanto o restante é obtido por meio de financiamentos privados. A projeção russa no Ártico pode se alinhar à visão da China para a Rota da Seda, que busca interligar e desenvolver uma ampla rede de infraestrutura integrada em toda a Eurásia. O desenvolvimento dessa rota pode proporcionar não apenas uma logística comercial mais eficiente para esses países, mas também permitir a exploração de recursos energéticos e minerais essenciais com acesso mais amplo e facilitado.

Percebe-se, assim, que o conflito russo-ucraniano contribuiu para uma aproximação mais sólida na relação sino-russa no Ártico. Embora não haja um consenso em Moscou sobre a expansão chinesa na região, Pequim se posiciona como o principal parceiro estratégico nesse novo cenário de instabilidade. Essa pode ser a oportunidade para a China se tornar, em breve, uma potência polar.

DOI 10.21544/2446-7014.n187.p16.

- ▶ [Currency, Conflict, and Global Order](#)
PROJECT SYNDICATE, Carla Norriöf
- ▶ [How America Can Escape China's Rare Earth Pincer](#)
THE NATIONAL INTEREST, J. Peter Pham
- ▶ [Foreign Ministries and Cyber Power: Implications of Artificial Intelligence](#)
RUSI, Joe Devanny
- ▶ [The U.S. Navy Needs Diesel-Electric Submarines Now](#)
1945, James Holmes
- ▶ [Biden needs to deal with China's ever-closer ties to Iran](#)
THE HILL, Arona Baigal e Kiana Alirezaie

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Maria Fernanda Császár e Taynah Pires

AGOSTO

Principais eventos de 01 a 10 de Agosto

01-03



UGANDA
FIATA - RAME 2023

01-03



INDONÉSIA
6th INDONESIA MARINE & OFFSHORE EXPO

03



NIGÉRIA
NIGERIA FINTECH FORUM 2023

04



AUSTRÁLIA
FIM DO EXERCÍCIO TALISMAN SABRE

06



BRASIL
OPERAÇÃO GUINEX III

08-09



BRASIL
CÚPULA REGIONAL SOBRE A AMAZÔNIA

10



CHILE
PRIMEIRA SESSÃO DE APOIO PARA APLICAÇÃO DO ACORDO DE ESCAZÚ

REFERÊNCIAS

- **Desenvolvimento econômico, sustentabilidade e extrativismo mineral na região andina**
VAN DER SPEK, Boris. [Chile government faces backlash after U-turn on copper mine](#). *Mongabay*, 20 jun. 2023. Acesso em: 20 jul. 2023.
[Preocupa que América Latina opte por el extractivismo para su recuperación económica](#). *Universidad de los Andes*, 13 jul. 2021. Acesso em: 20 jul. 2023.
- **Como os Estados Unidos lidam com as migrações?**
[Agentes da imigração dos EUA são orientados a empurrar crianças e bebês em rio na fronteira com o México](#). *O Globo*, 20 jul. 2023. Acesso em: 21 jul. 2023.
LEONHARDT, David. *The Global Immigration Backlash*. *The New York Times*, 11 jul. 2023. Acesso em: 21 jul. 2023.
- **SADC contra Crimes Organizados Transnacionais na Indústria Pesqueira**
AGOSTINHO, Gonçalo. [Ministros da CAO, CEEAC, CIRGL E SADC produziram plano director de harmonização de iniciativas de paz para a RDC](#). *Rádio Nacional de Angola*, 27 jun. 2023. Acesso em: 07 jul. 2023.
[SADC needs more inter-agency co-operation to effectively fight TOC](#). *Defence Web*, 29 jun. 2023. Acesso em: 07 jul. 2023.
- **A reemergência da pirataria no Golfo da Guiné**
[Joint Press Stakeout on the maritime security in the Gulf of Guinea](#). *Mission Permanente de la Suisse auprès des Nations Unies*, 21 jun. 2023. Acesso em: 20 jul. 2023.
[IMB Warns of a Resurgence in Gulf of Guinea Piracy](#). *The Maritime Executive*, 11 jul. 2023. Acesso em: 20 jul. 2023.
- **As estratégias de reformulação da Itália para os desafios energéticos**
MATTIA, Thomas. [Challenging the Status Quo? Giorgia Meloni's Mattei Plan for Africa](#). *Geopolitical Monitor*, 13 jun. 2023. Acesso em: 06 jul. 2023.
[President Meloni's address to the Chamber of Deputies ahead of the European Council meeting on 29 and 30 June](#). *Italian Government*, 28 jun. 2023. Acesso em: 06 jul. 2023.
- **Os esforços portugueses em prol de relações bilaterais na África**
[Relação de Portugal com África do Sul é "prioridade estratégica"](#). *País Ao Minuto*, 05 jun. 2023. Acesso em: 07 jul. 2023.
[Portugal vai reforçar o apoio na fiscalização do mar são-tomense e do Golfo da Guiné](#). *SAPO*, 06 jul. 2023. Acesso em: 07 jul. 2023.
- **Diplomacia marroquina: todos os olhos voltados para o Saara Ocidental**
BASSIST, Rina. [Israel-Morocco security ties set to deepen after Western Sahara recognition](#). *Al Monitor*, 18 jul. 2023. Acesso em: 20 jul. 2023.
STRAUSS, Marina. [Morocco-EU fisheries deal set to expire](#). *DW*, 16 jul. 2023. Acesso em: 20 jul. 2023.
- **O fim do Acordo de Grãos do Mar Negro: ruim para o mundo, péssimo para a Ucrânia**
DUGGAL, Hanna. [As Russia exits grain deal, which countries will be affected?](#) *Al Jazeera*, 17 jul. 2023. Acesso em: 20 jul. 2023.
[Russia and Ukraine sign grain export deal: What you should know](#). *Al Jazeera*, 22 jul. 2023. Acesso em: 22 jul. 2023.
- **Expansão chinesa no Oriente Médio e a mediação de tensões históricas**
ALI, Ahmadi; ALQAROUT, Ahmed. [Why China can't broker peace between Israel and Palestine](#). *Al Jazeera*, 22 jun. 2023. Acesso em: 23 jun. 2023.
SHOTTER, James. YANG, Yuan. [China steps up diplomacy with offer to mediate in Israeli-Palestinian conflict](#). *Financial Times*, 14 jun. 2023. Acesso em: 23 jun. 2023.
- **Novas tentativas de dissuasão na aliança Seul-Washington contra Pyongyang**
NAM, Hyun-woo. [US nuclear sub docks in South Korea for first time in 42 years](#). *The Korea Times*, 18 jul. 2023. Acesso em: 21 jul. 2023.
CHA, Victor. [The U.S.-ROK Nuclear Consultative Group's Successful Launching](#). *Center for Strategic and International Studies*, 20 jul. 2023. Acesso em: 21 jul. 2023.
- **Novos acordos de defesa franco-indianos para a promoção da estabilidade no Indo-Pacífico**
FAREED, Rifat. [Military deals in focus as France rolls out red carpet for Modi](#). *Al Jazeera*, 13 jul. 2023. Acesso em: 18 jul. 2023.
[India, France to intensify maritime cooperation in Indo-Pacific](#). *BQ Prime*, 15 jul. 2023. Acesso em: 18 jul. 2023.
- **QUAD e Indonésia: uma nova abordagem**
KILIC, Ridvan. [Inviting Indonesia to Become the Quad's Inaugural Strategic Dialogue Partner](#). *South Asian Voices*, 30 jan. 2023. Acesso em: 19 jul. 2023.
SALAMANDER, CDR. [Make the Quad a Quint with a Center Square by 2035](#). *CDR Salamander*, 24 mai 2023. Acesso em: 19 jul. 2023.
- **Cooperação Sino-Russa no Ártico: uma aliança estratégica?**
[What Are the Weaknesses of the China-Russia Relationship?](#) *China Power*, 29 jun. 2022. Acesso em: 15 jul. 2023.
NGILA, Faustine. [China is cementing its position as Arctic superpower through Russia](#). *Quartz*, 20 abr. 2023. Acesso em: 15 jul. 2023.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Luísa Barbosa

► ALTO RISCO:

- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Conflito em Nagorno-Karabakh: [War With Azerbaijan 'Very Likely,' Armenia Leader Says. VOA News](#), 21 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.
- BURKINA FASO - Conflitos internos: [Au Burkina Faso, Ibrahim Traoré va recevoir une mission de l'Union africaine. Jeune Afrique](#), 24 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.
- HAITI - Conflitos internos: [Stalled Humanitarian Aid in Ethiopia and Haiti Put Millions at Risk of Starvation. The Soufan Center](#), 24 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.
- IÊMEN - Crise estrutural e regional: [Yemen police arrest 21 suspects in the murder of UN World Food Program local office head in Taiz. CNN](#), 23 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.
- LÍBANO - Crise estrutural: [Lebanon: EU extends framework for targeted sanctions by one year. Council of the European Union](#), 20 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.
- MALI - Conflitos internos: [Wagner Group disappeared and executed civilians in Mali. The Intercept](#), 24 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.
- MIANMAR - Conflitos internos: [Villagers say 14 killed as Myanmar violence flares. The Guardian](#), 22 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.
- NÍGER - Golpe de Estado: [Niger soldiers say President Bazoum has been removed, borders closed. France 24](#), 27 jul. 2023. Acesso em: 27 jul. 2023.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Ukraine war: Russia hits Odesa after killing grain deal. BBC News](#), 24 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.
- SÍRIA - Crise regional: [Syria: UN expert condemns 'snatching' of boys in SDF-run camps. Middle East Eye](#), 22 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.
- SOMÁLIA - Crise estrutural: [Suicide bomber kills at least 30 soldiers in Somali capital -military sources. Reuters](#), 24 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.
- SUDÃO - Conflito interno: [Sudan: NGOs urge authorities to facilitate humanitarian access. Sudan Tribune](#), 23 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

► MÉDIO RISCO:

- BELARUS - Crise regional: [Putin warns Poland an attack on Belarus would be an attack on Russia. Politico](#), 22 jul. 2023. Acesso: 24 jul. 2023.
- EQUADOR - Crise sociopolítica: [Mayor of Ecuadorian city of Manta assassinated in attack. Reuters](#), 24 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.
- ETIÓPIA - Crises internas: [Ethiopia: Oromo Opposition Figures Held Despite Court Orders. Human Rights Watch](#), 24 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

• ISRAEL - Crise regional: [‘Emergency’ in Israel amid last-ditch talks on judicial overhaul](#). **Al Jazeera**, 24 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

• PERU - Crise sociopolítica: [‘Tomada de Lima’: Manifestantes voltam às ruas no Peru em dia de protestos contra o governo de Dina Boluarte](#). **O Globo**, 19 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

• REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [DRC: soldier shoots his family and kills at least 14](#). **AfricaNews**, 24 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

• VENEZUELA - Crise estrutural: [Brazil Experiences Record Wave of Venezuelan Migrants](#). **Diálogo Américas**, 21 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

► EM MONITORAMENTO:

• COREIA DO NORTE - Crise regional: [While North Korea fires cruise missiles, it stays mum on US soldier who crossed into the country](#). **Associated Press**, 21 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023

• EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [El Salvador President’s Controversial Crime Strategy Has Made Him More Popular Than the Pope in Latin America](#). **The Messenger News**, 21 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

• GUATEMALA - Instabilidade política: [Guatemala police raid office of Semilla presidential candidate](#). **Al Jazeera**, 21 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

• ÍNDIA - Instabilidade social: [India: Protests Escalate Over Gender-Based Ethnic Violence by Manipur Mob](#). **Foreign Policy**, 21 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

• IRÃ - Instabilidade regional: [US sending more Navy ships, Marines to the Gulf to counter Iran](#). **France24**, 21 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

• LÍBIA - Instabilidade sociopolítica: [UN envoy, deputy chairman of Presidential Council discuss 5+5 JMC meetings in Paris](#). **The Libya Update**, 24 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

• MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [Marcos tight-lipped on West Philippine Sea dispute in 2nd SONA](#). **Phil Star Global**, 24 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

• MOÇAMBIQUE - Instabilidade entre governo e forças insurgentes: [Mozambique: Humanitarian Response Dashboard \(May 2023\)](#). **ReliefWeb**, 19 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

• NICARÁGUA - Crise política: [The Political Situation in Nicaragua](#). **The Dialogue**, 21 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

• NIGÉRIA - Crises internas: [Reunião de 4 países da CEDEAO na Nigéria para evocar democracia e segurança](#). **RFI**, 19 jul. 2023. Acesso em: 19 jul. 2023.

• PAQUISTÃO - Crise sociopolítica: [‘Exceptionally high’ economic risks in Pakistan, IMF report says](#). **Al Jazeera**, 19 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

• REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA - Instabilidade social: [Central African Republic: last week of campaigning ahead of referendum](#). **AfricaNews**, 24 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

• SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: [En el bus que se fue a un abismo en Santander viajaban migrantes que iban a cruzar el Tapón del Darién](#). **El Colombiano**, 23 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.

• TAIWAN - Tensões China-EUA: [China sends 37 aircraft and seven navy vessels towards Taiwan](#). **Sky News Australia**, 23 jul. 2023. Acesso em: 24 jul. 2023.